



Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Alto Paraíso
Controladoria Geral do Município

Ofício: n° 024/C.G.M/2017.

Alto Paraíso-RO, 29 de março de 2017.

Excelentíssimo Senhor,

De acordo com o que dispõe a Instrução Normativa 013/2004/TCE-RO e Lei Complementar 154/96, deste Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, apresentamos-lhe o **Relatório de Auditoria Interna Anual do exercício de 2016 da Unidade de Controle Interno** da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, os quais vão acompanhados do Certificado de Auditoria e Parecer do seu dirigente, juntamente com o Pronunciamento da Autoridade Superior deste Município.

Com ensejos de estima e apreço, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

Jeniffer Priscila Zacharias
Controladora Geral do Município
Portaria n.º 013/2017

Exmo. Senhor
Edson Espírito Santo Sena
Secretário Regional de Controle Externo
Regional de Ariquemes-RO



Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Alto Paraíso
Controladoria Geral do Município

RELATÓRIO DE AUDITORIA INTERNA (ANUAL)

Órgão: Prefeitura Municipal de Alto Paraíso
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

01. INTRODUÇÃO

De acordo com o que dispõe a Instrução Normativa n.º 013/2004 e Lei Complementar n.º 154/96, do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e apresentamos o presente Relatório de Auditoria, elaborado pela Unidade de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, acompanhado do Certificado de Auditoria e Parecer do seu dirigente, que se refere dos exames realizados sobre os atos e fatos da gestão do Excelentíssimo Prefeito Municipal Marcos Aparecido Leghi, praticados durante o período de Janeiro a Dezembro de 2016.

A Unidade de Controle Interno, de forma geral, tem exercido atividade fiscalizadora preventiva, procurando acompanhar as fases da despesa e a execução orçamentária, financeira e patrimonial, dirimindo dúvidas, orientando e tomando as providências necessárias para resguardar com maior eficiência a legalidade e a economicidade dos atos praticados.

02. Considerações Iniciais

Examinados a Prestação de Contas do exercício de 2016, verificamos que a mesma encontra-se com todas as peças e documentos exigidos pela Instrução Normativa n.º 013/2004, do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

A seguir, apresentamos as áreas envolvidas e os exames julgados necessários para a elaboração do presente relatório de auditoria e o respectivo certificado que o acompanha.



Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Alto Paraíso
Controladoria Geral do Município

03. ÁREAS ENVOLVIDAS

- 3.1. Almoxarifado e Patrimônio.
- 3.2. Recursos Humanos.
- 3.3. Licitações e Contratos Administrativos, dispensas e inexigibilidades de licitação.
- 3.4. Orçamento e Execução Orçamentária.
- 3.5. Contabilidade.
- 3.6. Protocolo
- 3.7. Diárias e Adiantamentos/Suprimento de Fundos.
- 3.8. Despesas com o ensino Fundamental e aplicação em ações e serviços públicos da Saúde.
- 3.9 Da Controladoria
- 3.10. Do Portal da Transparência
- 3.11. Repasse ao Poder Legislativo

04. PLANEJAMENTO DOS TRABALHOS

O planejamento elaborado buscou definir com clareza os objetivos da fiscalização realizada nas áreas envolvidas, no sentido de emitir opinião sobre a regularidade dos atos praticados, em consonância com a legislação vigente.

A legislação que serviu de subsídio para os trabalhos foram:

- a) Constituição Federal do Brasil;
- b) Constituição do Estado de Rondônia;
- c) Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual;
- d) Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;
- e) Lei Federal nº 4.320/64 e suas alterações;
- f) Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
- g) Resoluções e Instruções Normativas do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia;
- h) Regime Jurídico Único
- i) Demais Leis e Decretos, bem como outras normas.

Os trabalhos foram realizados por **amostragem**, tendo sido utilizados o resultado dos relatórios quadrimestrais de auditoria,



Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Alto Paraíso

Controladoria Geral do Município

bem como foi verificado junto aos setores responsáveis, o cumprimento dos prazos e metas estabelecidas pela legislação vigente.

5- GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA, PATRIMONIAL E ECONÔMICA.

5.1 RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário tem por finalidade demonstrar a capacidade do Município de honrar o pagamento de sua dívida. Através dele, demonstra-se o grau de autonomia do Município para, utilizando suas receitas próprias e transferências constitucionais e legais, honrar os pagamentos das suas despesas correntes (inclusive as de pessoal), das suas despesas de capital (aí incluídos os investimentos) e ainda gerar poupança para atender o serviço da dívida. Nessa análise, são consideradas apenas as receitas e despesas fiscais, que não incluem receitas de operações de crédito e de alienação de bens, e as despesas com o pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida.

Tabela 1

Demonstrativo do Resultado Primário

R\$ 1,00

Descrição	Previsão Atualizada 2016	Realizado até o 2º Semestre	
		2016	2015
1 Receitas Primárias Correntes	34.934.200,05	32.826.054,73	30.249.562,91
2 Receitas Primárias de Capital	2.409.125,61	1.794.906,42	2.399.874,66
3 Receita Primária (1 + 2)	37.343.325,66	34.620.961,15	32.649.437,57
4 Despesas Primárias	35.890.087,74	33.539.046,38	30.313.700,41
5 Despesas Primárias de Capital	2.610.627,27	1.841.107,71	1.286.481,80
6 Reserva de Contingência	-	-	-
7 Despesa Primária (4 + 5 + 6)	38.500.715,01	35.380.154,09	31.600.182,21
Resultado Primário (3 - 4)		759.192,44	1.081.914,77



Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Alto Paraíso
Controladoria Geral do Município

Discriminação da Meta Fiscal

Meta de Resultado Primário fixada no anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência **24.000,00**

FONTE : Relatório Resumido da Execução Orçamentária SCPI - Contabilidade PMAP

O Resultado Primário do exercício de 2016 foi de **R\$ 1.081.914,77** para uma receita primária realizada de **R\$ 34.620.961,15**, em contrapartida à despesa primária **R\$ 33.539.046,38**

6. RECEITAS

6.1 Receitas Totais

Tabela 2

Balanco Orçamentário da Receita

R\$ 1,00

Receitas	Previsão Atualizada 2016	Receitas Realizada até o 1º Semestre	
		2016	% Realizada
Receitas Correntes	35.526.026,74	35.115.135,02	98,84%
Receita Tributária	1.646.848,96	1.577.111,43	95,76%
Receita de Contribuições	289.218,00	168.183,76	58,15%
Receita Patrimonial	93.807,88	494.173,87	526,79%
Receitas de Serviços	-	7.573,32	100%
Transferências Correntes	30.305.630,38	29.833.855,30	98,44%
Outras Receitas Correntes	283.377,10	1.239.330,92	437,34%
Receitas Capital	2.409.125,61	1.794.906,42	1380,70%
Operações de Crédito	-	-	
Alienação de Bens	-	-	
Transferências de Capital	2.409.125,61	1.794.906,42	74,50%
Total	35.526.026,74	35.115.135,02	98,84%

FONTE : Relatório Resumido da Execução Orçamentária SCPI - Contabilidade PMAP



Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Alto Paraíso
Controladoria Geral do Município

As receitas arrecadadas até dezembro de 2016, nestas compreendidas as Receitas Correntes e de Capital, totalizaram **R\$ 35.115.135,02**. Com este montante, o Município encerrou o referido período com uma realização de **98,84%** da previsão atualizada.

6.6.2. Receitas Correntes

As Receitas Correntes decorrem dos recursos arrecadados pelo Município através de impostos, taxas e transferências constitucionais e legais. Foram arrecadados nesta categoria **R\$ 35.115.135,02** representando uma realização de **98,84%** das receitas correntes previstas.

Entre as Receitas Correntes, destacam-se as **Receita Patrimonial**, que apresentaram realização de **526,79%**, e a **Outras Receitas Correntes** que apresentaram **437,34%** as **Transferências Correntes** também obteve destaque marcante **98,44%** da efetivação da receita, sem deixar de dar relevância as receitas tributárias que foram recebidas 95,76% de sua previsão inicial.

Tabela 3

Receita Tributária		R\$1,00		
Receitas	Previsão Atualizada 2016 (a)	Receitas Realizada até o 2º Semestre		
		2016 (b)	2015 (c)	% Realização 2016 (b/a)
Receita Tributária	1.646.848,96	1.577.111,43	1.519.611,35	95,77%
Impostos	1.376.033,40	1.334.749,11	1.302.747,71	97,00%
IPTU	140.000,00	160.555,72	152.548,04	114,68%
IRRF	488.040,45	503.779,67	500.462,39	103,22%
ITBI	52.821,63	51.030,14	47.339,70	96,61%
ISS	695.171,32	619.383,58	602.141,26	89,10%
Taxas	270.815,56	242.362,32	216.683,64	89,49%

As receitas provenientes do **ISS**, imposto com maior arrecadação, tiveram realização de **89,10%**, representando um montante



Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Alto Paraíso

Controladoria Geral do Município

de **R\$ 619.383,58**. Destaca-se também o **IP TU** cuja realização foi de **114,68%**, representando um montante de **R\$ 160.555,72**. A somatória dos demais impostos, **IRRF** e **ITBI**, atingiu o montante de **R\$ 554.809,81,,** com realização de **103,22%** e **96,61%** respectivamente.

As taxas contribuíram com **R\$ 242.362,32**, correspondendo a **89,49%** de realização.

Tabela 4
Transferências Correntes

R\$ 1,00

Receitas	Previsão Atualizada 2016	Receitas Realizada até o 2º Semestre	
		R\$	%
Transferências Correntes	34.100.219,07	33.588.222,91	104
FPM	10.837.595,31	11.444.257,23	105,59
ITR	10.837,12	18.272,33	168,60
Cota-Parte Comp. Financ.-Recursos Hídricos	79.747,16	41.308,96	51,79
Cota-Parte Comp. Financ.-Recursos Minerais-CFEM	9.681,03	4.001,89	41,33
Cota-Parte Fundo Especial do Petróleo	158.338,28	96.036,56	60,65
Transferências do SUS	2.259.529,63	2.352.574,39	104,11
Transferências do FNAS	1.507.878,00	1.648.683,87	109,33
Transferências do FNDE	1.022.256,25	721.605,20	70,58
ICMS - Desoneração LC 87/96	6.963,76	9.778,12	140,41
FEX -Auxilio Fomento as Exportações	247.766,47	14.347,41	5,79
Cota-Parte ICMS	6.827.546,07	6.523.012,35	95,53
Cota-Parte IPVA	826.683,10	776.943,56	93,98
Cota-Parte IPI sobre Exportação	4.461,45	37.308,11	836,23
Cota-Parte CIDE	6,320,32	62.669,33	991,55
Transferência Prog. De Saúde (Estado)	343.582,07	130.226,83	37,90
Outras Transferências dos Estados	377.477,71	442.860,08	117,32
Transferências do FUNDEB	9.076.823,75	8.546.086,06	94,15
Transferências de Convênios	1.527.477,71	1.747.502,48	114,40
(-) Dedução para o FUNDEB	-3.794.588,69	- 3.754.367,61	98,94

FONTE : Relatório Resumido da Execução Orçamentária SCPI - Contabilidade PMAP

As receitas de Transferências Correntes apresentaram realização de 104%, totalizando o montante de R\$ 33.588.222,91.

O Fundo de Participação dos Municípios - FPM contribuiu com R\$ 11.444.257,23 tendo seu percentual de realização atingido o patamar de 105,59%



Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Alto Paraíso
Controladoria Geral do Município

O ICMS que apresenta valor de R\$ 6.523.012,35 segundo item mais significativo das Transferências Correntes, no exercício de 2016, atingiu 95,53% de índice de realização.

As Transferências do FUNDEB com R\$ 8.546.086,06 e Transferências de Convênios com R\$ 1.747.502,48 atingiram respectivamente 114,4% da previsão atualizada.

2.1.2. Receitas de Capital

As Receitas de Capital somaram no período R\$ 1.794.906,42 contra uma previsão anual de R\$ 130.000,00, correspondendo a 98,47% de realização. Estas receitas não dependem da ação fiscal do Município. Os valores mais expressivos realizados no período são de Transferências de Convênio R\$ 2.576.163,57.

Tabela 5
Receitas de Capital **R\$ 1,00**

Receitas	Previsão Atualizada 2016	Receitas Realizada até o 2º Semestre	
		R\$	%
Receitas de Capital	2.409.125,61	1.794.906,42	74,50

Transferências de Convênios	2.409.125,61	1.794.906,42	74,50%
------------------------------------	---------------------	---------------------	---------------

FONTE : Relatório Resumido da Execução Orçamentária SCPI - Contabilidade PMAP

6.2 Receitas Corrente Líquidas

A Receita Corrente Líquida registrada nos últimos 12 meses, que serve de base para o cálculo de limites de despesas previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, atingiu a cifra de **R\$ 31.998.017,57** - tabela 6.



Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Alto Paraíso
Controladoria Geral do Município

Tabela 6

Receita Corrente Líquida

R\$ 1,00

Especificação	Previsão Atualizada 2016	Total (últimos 12 meses)
RECEITAS CORRENTES (I)	36.911.489,82	37.074.596,21
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.646.848,96	1.577.111,43
IPTU	140.000,00	160.555,72
IRRF	488.040,45	503.779,67
ITBI	52.821,63	51.030,14
ISS	695.171,32	619.383,58
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	289.218,00	168.183,76
RECEITA PATRIMONIAL	591.826,69	494.173,87
RECEITA DE SERVICOS		7.573,32
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	34.100,219,07	33.588.222,91
FPM	12.257.209,69	11.288.023,07
ITR	10.837,12	18.272,33
Cota-Parte Comp. Financ.-Recursos Hídricos	79.747,16	41.308,96
Cota-Parte Comp. Financ.-Recursos Minerais-CFEM	9.681,03	4.001,89
Cota-Parte Fundo Especial do Petróleo	158.338,28	96.036,56
Transferências do SUS	2.259.529,63	2.352.574,39
Transferências do FNAS	1.507.878,00	1.648.683,87
Transferências do FNDE	1.022.256,25	721.605,20
ICMS - Desoneração LC 87/96	6.963,76	9.778,12
FEX -Auxilio Fomento as Exportações	45.285,90	115.604,08
Cota-Parte ICMS	6.827.546,07	6.523.012,35
Cota-Parte IPVA	826.683,10	776.943,56
Cota-Parte IPI sobre Exportação	4.461,45	37.308,11



Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Alto Paraíso
Controladoria Geral do Município

Cota-Parte CIDE	6.320,32	62.669,33
Transferência Prog. De Saúde (Estado)	343.582,07	75.123,00
Outras Transferências dos Estados	377.477,71	442.860,08
Outras Receitas Correntes	283.377,10	1.239.330,92
Transferências do FUNDEB	9.076.823,75	8.546.086,06
Transferências de Convênios	1.527.477,71	1.747.502,48
Dedução da Receita para Formação do FUNDEB	-3.794.588,69	- 3.754.367,61
Receita do IRRF Pessoal ativo (TCE/RO)	484.640,45	503.779,67
Receita do PACS/PSF (TCE/RO)	102.045,46	818.431,36
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		31.998.017,57

FONTE : Relatório Resumido da Execução Orçamentária SCPI - Contabilidade PMAP

7. DESPESAS

7.1. Despesas Totais

A despesa realizada liquidada até no ano de 2016 totalizou R\$ **34.255.075,35**, correspondentes a **95,57%** do valor da dotação atualizada, demonstrado a seguir, segundo as categorias econômicas e os grupos de natureza da despesa:

Tabela 7

Balço Orçamentário da Despesa			R\$ 1,00
Despesas	Dotação Atualizada 2016	Despesas Liquidadas até o 2º Semestre	
		R\$	%
Despesas Correntes	33.533.956,27	31.952.434,11	95,28%
Pessoal e Encargos Sociais	23.198.755,07	22.800.663,86	98,28%
Juros e Encargos da Dívida	254.495,80	254.495,44	100,00%



Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Alto Paraíso
Controladoria Geral do Município

Outras Despesas Correntes	10.080.705,40	8.904.747,81	88,33%
Despesas de Capital	3.270.627,27	2.302.641,51	68,58%
Investimentos	2.610.627,27	1.841.107,71	70,52%
Inversões Financeiras	-	-	0,00%
Amortização da Dívida	461.533,80	461.533,80	100%
Despesas (Intra-orçamentárias)			- 0,00%
Reservas de Contingência			- 0,00%
Total	36.606.117,34	34.255.075,62	95,57%

FONTE : Relatório Resumido da Execução Orçamentária SCPI - Contabilidade PMAP

7.1.1 Despesas Correntes

Esta categoria econômica contém registro das despesas de caráter permanente e continuado da atividade governamental.

Em 2016 as despesas correntes somaram **R\$ 31.952.434,11**, representando uma realização de **95,28%** do valor da despesa atualizada para o exercício.

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais totalizaram **R\$ 22.800.663,86** correspondendo a **98,28%** do orçamento anual.

Os Juros e Encargos da Dívida, que englobam pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas, somaram **R\$ 254.495,80**, correspondendo a **100%** em comparação a dotação atualizada.

As Outras Despesas Correntes contemplam os gastos relativos, em sua maioria, à manutenção administrativa do Município, com um total liquidado de **R\$ 8.904.747,81**, correspondente a **88,33%** do fixado.

7.1.2 Despesas de Capital



Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Alto Paraíso
Controladoria Geral do Município

As Despesas de Capital atingiram o montante de **R\$ 2.302.641,51**, correspondendo a **68,58%** da despesa atualizada para o exercício.

Esta categoria é constituída pelos grupos: Investimentos no valor de **R\$ 1.841.107,71**, Inversões Financeiras não houve registro (**R\$ 0,00**), e Amortização da Dívida, de **R\$ 461.533,80**.

7.1.3 Despesas por Fonte de Recurso

Quanto à composição das despesas por fonte de recursos, a tabela 8 a seguir demonstra que **55,96%** destas são custeadas por recursos próprios não vinculados do tesouro municipal, evidenciando a autonomia do tesouro em relação aos gastos totais do Município.

As despesas financiadas com recursos provenientes do FUNDEB e outros recursos da Educação representam na execução orçamentária, **25,41%** e **3,59%**, os respectivamente;

As despesas financiadas com recursos provenientes dos Convênios da Saúde **1,16%** e outros recursos da área de Saúde **6,62%** representam na execução orçamentária.

Aquelas financiadas por Convênios e Outras Transferências participam com **4,23%** da despesa liquidada no período e os repasses da Assistência Social foi de **4,12%**.

Tabela 8
Despesas por Fonte de Recursos **R\$ 1,00**

Descrição	Dotação Atualizada 2016		Despesa Liquidada		
	R\$	% Participação	Até 2º Semestre 2016	% Participação	% Realização
Recursos Próprios	19.737.169,69	53,95%	19.156.198,00	55,96%	95,05%
Transferência de Recursos do SUS	2.786.212,10	7,62%	2.266.435,76	6,62%	81,34%
Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenv. Educação FUNDE	1.314.694,72	3,60%	992.954,48	2,90%	75,52%
Transferências do FUNDEB	9.000.954,40	24,60%	8.699.926,37	25,41%	96,65%
Transferências de Convênios - Educação	1.398.288,46	3,82%	1.229.768,92	3,59%	87,94%
Transferências de Convênios - Saúde	566.218,40	1,54%	396.144,82	1,16%	69,96%
Transferências de Convênios - Outros	1.548.168,73	4,23%	1.307.951,11	3,82%	84,48%
Transferência de Recursos do Fundo Nacion. Assistência Social	1.507.878,00	4,12%	1.648.683,87	4,82%	109,33%
TOTAL	36.583.650,34	100%	34.232.985,22	100%	93,57%



Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Alto Paraíso
Controladoria Geral do Município

FONTE : Balancete da Despesa - Consolidado SCPI - Contabilidade PMAP

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

8. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Observa-se que as despesas foram realizadas um montante de **R\$ 34.255.075,62**, ao tempo em que as receitas foram arrecadadas num montante equivalente a **R\$ 35.115.135,02** do ano de 2016. Tal fato denota a preocupação do Município de Alto Paraíso em manter a execução da despesa em nível compatível com a arrecadação, atenta aos princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal, de que os valores arrecadados é que devem definir o poder de gasto.

Tabela 9.1
Comparativo das Receitas e Despesas R\$ 1,00

Especificação	Receitas			Despesa		
	Previsão atualizada /2016	Realizado até 2ºSemestre 2016	% Realização	Dotação Atualizada 2016	Liquidado até o 2º Semestre 2016	% Realização
Correntes (*)	35.526.026,74	31.952.434,11	89,94	33.533.956,27	31.952.434,11	95,28
Capitais	2.409.125,61	1.794.906,42	74,50	3.072.161,07	2.302.641,51	74,95
Intra-Orçamentárias	-	-	-	-	-	-
Reservas de Contingência	-	-	-	-	-	-
TOTAL	35.526.026,74	35.115.135,02	98,84	36.606.117,34	34.255.075,62	93,57

Quanto ao Resultado Corrente, o Município encerrou exercício em comento com superávit corrente de **R\$ 1.675.984,01**, fruto de uma Receita Corrente de **R\$ 33.320.228,60** para uma Despesa Corrente de **R\$ 31.952.434,11**. Ao se considerar todas as categorias econômicas da receita e despesa, verifica-se que o resultado orçamentário foi superavitário em **R\$ 860.059,40**.

Tabela 10
Resultado Orçamentário R\$ 1,00

Especificação	Realizado até 2ºSemestre/2016
Receitas Correntes (*)	33.320.228,60
(-) Despesas Correntes	31.952.434,11



Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Alto Paraíso
Controladoria Geral do Município

Superávit Corrente	1.675.984,01
(+) Receitas de Capital	1.794.906,42
(-) Despesas de Capital	2.302.641,51
(+) Receita (Intra-Orçamentária)	-
(-) Despesa (Intra-Orçamentária)	-
Superávit Orçamentário	860.059,40

(*) Inclusive dedução para formação do FUNDEB

FONTE : Relatório Resumido da Execução Orçamentária SCPI - Contabilidade PMAP

9. RH E DESPESAS COM PESSOAL E LIMITES

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais, alcançou o percentual de **58,80%**, no Poder Executivo, conforme demonstrado na tabela 11.

Tabela 11
Despesa com Pessoal X Receita Corrente Líquida **R\$ 1,00**

Poder	Despesa Executada (últimos 12 meses)	% Realizado (DTP sobre a RCL)	Limite Prudencial	Limite Máximo
Executivo	18.814.581,16	58,80	51,30%	54,00%
Total	18.814.581,16	58,80	51,30%	54,00%

FONTE : Relatório Resumido da Execução Orçamentária SCPI - Contabilidade PMAP

Nota: Receita Corrente Líquida dos últimos 12 meses (Tabela 6) :

31.998.017,57

Conforme disciplina a Lei de Responsabilidade fiscal, em seu art. 20, III, "b" o Poder Executivo não ultrapassará o limite de 54% com despesas de pessoal.

O demonstrativo acima revela que a despesa com a folha de pagamento de pessoal deste Poder Executivo, no exercício em exame, representou **58,80%**.

Devemos destacar que esta Controladoria, durante o exercício em comento, alertou diversas vezes o gestor no intuito de preveni-lo quanto ao elevado índice com despesas com pessoal, emitindo alerta nos relatórios quadrimestrais, onde houve a ciência e pronunciamento do gestor, bem como através de ofícios encaminhados ao gabinete do prefeito e quando da abertura de procedimentos



Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Alto Paraíso
Controladoria Geral do Município

seletivos, tudo conforme documentos encaminhados a esta Corte, nos relatórios quadrimestrais.

O Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal está assim composto:

- Servidores do quadro efetivo
- Servidores não pertencentes do quadro efetivo.
- Ao final do exercício houve a publicação da relação nominal dos servidores ativos e inativos no Diário Oficial do Estado, em cumprimento ao artigo 13, VI, "d", da IN n.º 05/2000-TCER. (cópia em anexo)

9.1. Das Declarações de Bens e Rendas

A Lei Federal 8.730/93 estabeleceu a obrigatoriedade da apresentação ao Tribunal de Contas da Declaração de Bens e Rendas, nos seguintes termos:

- Art. 1º - *É obrigatória a apresentação de declaração de bens, com indicação das fontes de renda, no momento da posse ou, inexistindo esta, na entrada em exercício de cargo, emprego ou função, bem como no final de cada exercício financeiro, no término da gestão ou mandato e nas hipóteses de exoneração, renúncia ou afastamento definitivo, por parte das autoridades e servidores públicos adiante indicados:*

Por meio das Resoluções Normativas n.ºs 28 e 29, ambas de 2012, o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, regulamentou a remessa de declaração de bens e rendas por agente e servidores públicos estaduais.

Esta controladoria sempre alertou o departamento de Recursos Humanos quanto a necessidade de se observar o disposto no Parágrafo único, art. 1.º da Instrução Normativa n.º 28 e 29 /TCE/RO-2012 quanto ao envio das Declarações de Bens e Renda.

Obs.: Não possuímos previdência própria.



Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Alto Paraíso
Controladoria Geral do Município

10. DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

As despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, para fins de apuração de limite mínimo constitucional, totalizaram no exercício de 2016, o montante de **R\$ 5.195.959,11**, correspondendo a **30,64%** da Receita de Impostos. Cumprindo assim a determinação constitucional de aplicação do mínimo de 25%.

Tabela 12

Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

Especificação	Valor Apurado até 2º Semestre 2016	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício/2016	% Aplicado até o 2º Semestre/2016
Total da Receita de Impostos	21.560.355,29		
Despesa - Mínimo de 25% das Receitas Resultantes de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	11.474.672,09	25,00	<u>30,64%</u>
Receitas Recebidas do FUNDEB	8.546.086,06		
Despesa - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com a Educação Infantil e Ensino Fundamental	6.311.733,20	60,00%	<u>73,61%</u>

FONTE : Relatório Resumido da Execução Orçamentária SCPI - Contabilidade PMAP

11. DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE

Os gastos com saúde atingiram no exercício de 2016 o montante de **R\$ 5.195.959,11**, o que corresponde a **25,04%** da Receita Líquida sobre Impostos e Transferências Constitucionais e Legais. Verifica-se cumprida a obrigatoriedade constitucional de aplicação do mínimo de 15% estabelecido no Art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - Emenda Constitucional nº 29/2000.

Tabela 13

Despesas Próprias com Saúde

R\$ 1,00

Especificação	Valor Apurado	Limites Constitucionais Anuais
---------------	---------------	--------------------------------



Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Alto Paraíso
Controladoria Geral do Município

	até 2º Semestre 2016	% Mínimo a Aplicar no Exercício/2016	% Aplicado até o 2º Semestre/2016
Receita de Impostos Líquida e Transferências Constitucionais e Legais	20.747.402,83		
Percentual Constitucional		15%	
Despesas Próprias com Ações e Serviços de Saúde	5.195.959,11		25,04

FONTE : Relatório Resumido da Execução Orçamentária SCPI -
Contabilidade PMAP

12. DÍVIDA PÚBLICA

O saldo da dívida consolidada apurado em 2016 atingiu o montante de R\$ 458.944,54 deduzindo as deduções atingindo o montante da Dívida Consolidada Líquida R\$-5.629.941,29

Tabela 14

Especificação	Saldo de 2015	Dívida Consolidada
		R\$ 1,00
		Saldo de 2016
		Até o 2º Semestre 2016
(+) Dívida Consolidada – DC	920.429,36	458.944,54
Deducoes	5.002.374,23	6.088.885,85
(-) Disponibilidade de Caixa Bruta	5.308.396,31	6.239.813,53
(-) Demais Haveres Financeiros	4.231,56	372.672,57
(+) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	310.253,64	523.600,27
(=) Dívida Consolidada Líquida – DCL	-4.081.944,87	-5.629.941,29
Receitas de Privatizações	0,0	0,0
Passivos Reconhecidos	0,0	0,0
Dívida Fiscal Líquida	- 4.081.944,87	- 5.629.941,29

FONTE : Relatório Resumido da Execução Orçamentária SCPI - Contabilidade PMAP

13. RESULTADO NOMINAL

O Resultado Nominal mostra a variação da Dívida Fiscal Líquida entre dois períodos. Comparados o saldo do 2º semestre de 2016 com o saldo em 31/12/2015, nota-se que a variação da Dívida Fiscal Líquida foi de **R\$ - 5.629.941,29**



Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Alto Paraíso
Controladoria Geral do Município

Tabela 15

Resultado Nominal			R\$ 1,00
Especificação	Saldo de 2015(a)	Até o 2º Semestre 2016 (b)	Resultado Nominal (c)
(+) Dívida Consolidada – DC	236.357,21	1.353.787,42	
Deduções	3.029.584,90	4.730.923,34	
(-) Disponibilidade de Caixa Bruta	3.044.286,71	4.821.826,03	
(-) Demais Haveres Financeiros	33,26	4.231,56	
(+) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	14.735,07	95.134,25	
(=) Dívida Consolidada Líquida – DCL	- 2.793.227,69	- 3.377.135,92	
Receitas de Privatizações	-		
Passivos Reconhecidos	177.073,57	1.174.141,85	
Dívida Fiscal Líquida	- 2.970.301,26	- 4.551.277,77	- 1.580.976,51
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL			VALOR CORRENTE
Meta de Resultado Nominal fixada no anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência			<u>126.000,00</u>

FONTE : Relatório Resumido da Execução Orçamentária SCPI - Contabilidade PMAP

14. Almoxarifado e Patrimônio.

14.1 - Do Almoxarifado

A entrada dos materiais é registrada pelo documento fiscal e a saída mediante requisição, devidamente assinada, as quais estão arquivadas em pastas.

O Almoxarifado Municipal encontra-se limpo, arejado. Os bens estão colocados em prateleiras e alambrados.

O sistema de controle do almoxarifado encontra-se informatizado e os bens estão classificados de forma analítica e identificados individualmente. O sistema oferece diversas fichas de controle para os materiais, em especial o controle pelo preço médio ponderado das compras.

Existe, também, o controle por meio de fichas de prateleiras, facilitando o controle de entrada e saída.

14.2. Do Patrimônio.



Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Alto Paraíso
Controladoria Geral do Município

O balanço patrimonial tem por finalidade demonstrar sinteticamente o patrimônio deste Poder Executivo, no intuito de demonstrar a real situação patrimonial deste Município, segue em anexo cópia do Balanço Patrimonial Consolidado (ANEXO 14).

O inventário dos bens móveis e imóveis do exercício de 2016 foi concluído, em tempo hábil, cujos bens estão separados por unidade gestora.

Quanto a inspeção desta auditoria, verificamos que todos os bens localizados nas Secretarias Municipais, os quais foram objeto da amostragem, estavam com plaquetas de tombamento e estavam resguardados com termo de responsabilidade assinado pelo Secretário da pasta ou servidor responsável pelo bem.

No exercício de 2016 não fora realizado procedimento para realização de leilão, todavia, o mesmo será realizado nesse exercício de 2016.

15. LICITAÇÕES, DISPENSAS E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Através da amostragem efetuada, constatamos que nos procedimentos licitatórios e nos atos de dispensa de licitação, bem assim nos respectivos pagamentos, foram cumpridos os preceitos da Lei n.º 8.666/93, Lei Federal 10.520/02, Lei Complementar n.º 123/06, Decreto Federal 5.450/2005, Lei 4.320/64, as normas de Orçamento e de Direito Financeiro e Decisões e Instruções Normativas do Tribunal de Contas do Estado e da União. (Rol em anexo).

16. Da Controladoria Geral

A Controladoria Geral do Município de Alto Paraíso só possui uma funcionária do quadro efetivo, desta forma é humanamente impossível acompanhar todos os atos praticados, no entanto, através de amostragem, estamos buscando de forma geral, exercer atividade fiscalizadora preventiva, procurando acompanhar as fases da despesa e a execução orçamentária, financeira e patrimonial, dirimindo dúvidas, orientando e tomando as providências necessárias para resguardar com maior eficiência a legalidade e a economicidade dos atos praticados.



Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Alto Paraíso
Controladoria Geral do Município

Contudo, é imprescindível que seja disponibilizado no mínimo mais um servidor para auxiliar esta Controladoria, e de preferência na área de Contabilidade, para análise, acompanhamento e auditorias contábeis.

Na oportunidade informamos que para o exercício de 2017, estão sendo elaboradas juntamente com os departamentos e secretarias, várias instruções normativas e manuais de procedimentos e rotinas, para agilizar, facilitar e dar maior seguridade nas fiscalizações/auditorias a serem realizadas.

17. Diárias

No âmbito municipal a concessão das diárias encontra-se prevista na Lei Municipal n.º 495/2003, e a Lei Municipal 104/95 ampara a concessão de suprimento de fundo.

Na amostragem utilizada por esta Unidade de Controle Interno, as diárias e suplementos de fundos foram concedidas nos termos da legislação vigente.

18. Do departamento de Fazenda e Tributação

Esse departamento vem realizando suas atividades diárias, com entrega de IPTU, Cadastro de imóvel, emissão de notas fiscais avulsas, taxas de expediente, regularização fundiária, atendendo da melhor forma possível os contribuintes e munícipes que necessitam deste departamento.

O relatório em anexo, demonstra a relação dos títulos protestados no exercício de 2016.

19. Do Portal da Transparência

Os documentos em anexos, visam demonstrar que a Controladora Geral do Município, vem acompanhando o Portal da Transparência do Município de Alto Paraíso desde a sua ciência da decisão/determinação proferida no Acórdão APL-TC 00245/16 em 13.09.2016.

A verificação e acompanhamento do Portal da Transparência, que vem sendo realizado através de diversas notificações, onde se



Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Alto Paraíso
Controladoria Geral do Município

recomenda o cumprimento do determinado no ACORDÃO APL-TC 00245/16, na Lei Complementar 131/2009 (Lei da Transparência), Instrução Normativa 026/TCE, LC 101/2000, Lei 12.527/2011, e também da Instrução Normativa n.º 52/2017/TCE-RO.

20. Do Repasse ao Poder Legislativo

A Lei Municipal n.º 1220/2015, que aprovou o Orçamento Geral do Município de Alto Paraíso para o exercício de 2016, estimou e fixou a despesa para o Legislativo no valor de R\$ 1.454.663,25 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e três reais e vinte e cinco centavos).

Devemos observar que a base de cálculo para repasse ao Poder Legislativo é formada pela receita tributária e das transferências constitucionais efetivamente arrecadadas no exercício anterior, ou seja, em 2015, conforme estabelece o art. 29-A da Carta Magna, esta que somou R\$ 19.939.293,24.

Conforme relatório em anexo, os repasses à Câmara Municipal alcançaram o montante de R\$ 1.392.000,00 (um milhão, trezentos e noventa e dois mil reais).

Verifica-se portanto, que o total de repasses de Recursos ao Poder Legislativo atingiu o percentual de **6,98** do somatório da receita tributária e das transferências constitucionais efetivamente arrecadadas no exercício anterior, atendendo a contento o disposto no art. 29-A, I, da Constituição Federal, que determina que os municípios com população inferior a 100 mil habitantes, não poderá ultrapassar o limite de 7% com despesas com o Poder Legislativo Municipal.

21. Falhas e/ou Irregularidades Constatadas

Reiteramos o pedido de contratação de pessoal para auxiliar a controladoria Geral que dispõe de somente uma servidora, de preferência com especialidade/formação em ciências contábeis.

Os percentuais de gastos com folha de pessoal está acima do limite estabelecido da legislação vigente, devendo ser tomadas medidas imediatas para sua adequação.



Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Alto Paraíso
Controladoria Geral do Município

É necessário novamente alertar os gestores para a necessidade de que seja providenciado urgentemente um local para arquivar/acomodar os processos administrativos, facilitando sua localização e garantindo sua conservação.

22. Recomendações e Providências quanto as falhas detectadas

Recomendamos que o Poder Executivo estruture o Departamento de Arrecadação Tributária, visando à fiscalização e melhoria da arrecadação municipal;

Que sejam tomadas medidas de incentivo para arrecadar os valores correspondentes ao ajuste de crédito da Dívida Ativa, para que não haja perdas de receita no futuro;

Necessário que se estabeleça medidas para a redução do Limite das Despesas com Pessoal, nos termos dos Artigos 22 e 23 da Lei Complementar nº 101/2000, tais como: redução do quadro de pessoal comissionado, pagamento de horas-extras, gratificações e contratação de pessoal, visando assim retornar ao Limite Prudencial;

Recomendo a esta administração que continue incentivando e promovendo treinamentos aos funcionários do corpo técnico, no intuito de melhorar a qualidade dos trabalhos e atendimento desta Prefeitura, bem como, que as irregularidades acima mencionadas, sejam brevemente sanadas.

Que sejam observadas as recomendações em tópico acima.

23 - NOME E QUALIFICAÇÃO FUNCIONAL DA AUTORIDADE RESPONSÁVEL

A autoridade responsável pela gestão do exercício de 2016 é o Senhor Marcos Aparecido Leghi - Prefeito Municipal. E a autoridade responsável pelo mandato de 2017 a 2020 é a Senhora Helma Santana Amorim.

24 - CONCLUSÃO

O Controle Interno avaliando o processo de prestação de contas quanto aos diversos aspectos que envolvem a Administração do Município de Alto Paraíso, no que se refere à eficiência, eficácia e



Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Alto Paraíso
Controladoria Geral do Município

efetividade, conclui pela evolução e aprovação da gestão administrativa do exercício de 2016.

O tripé eficiência, eficácia e efetividade, tem sido perseguido com a busca de resultados, atingindo os objetivos e metas, tornando dinâmica as políticas públicas. A efetividade pela preocupação com implementação de um relacionamento externo de resultados, atuante, ágil, tanto no que concerne ao administrado quanto na interação com as ordens superiores de governo, visando o atendimento das necessidades sociais.

O atendimento as recomendações do Controle Interno no exercício de 2016 gerarão resultados positivos e com base nestes procedimentos novas técnicas vão sendo implantadas para auxiliar o Gestor Municipal e seus Chefes de Departamentos, quanto aos aspectos técnicos de uma metodologia em construção permanente em busca de novos e melhores tempos para a cidadania e administração do Município.

Este Relatório, bem como a Prestação de Contas buscou atender além das exigências da Instrução Normativa do TCE-RO a todos os mandamentos legais.

É o que coube ao órgão de Controle Interno relatar e levar a apreciação deste Tribunal de Contas.

Logo, esta Controladoria é favorável com ressalvas à Prestação de Contas, visto que ainda há falhas de controle e pendências que necessitam serem regularizados, especialmente nos índices com folha de pagamento.

É o Relatório.

Alto Paraíso/RO, 29 de março de 2017.

Jeniffer Priscila Zacharias
Controladora Geral do Município
Portaria 013/2017



Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Alto Paraíso
Controladoria Geral do Município

CERTIFICADO DE AUDITORIA

Órgão: Prefeitura Municipal de Alto Paraíso
Período: Exercício de 2016.

Examinamos os registros e as demonstrações contábeis, bem como os documentos que deram origem aos elementos constantes no processo de Prestação de Contas Anual.

Dos exames efetuados, verificamos que os registros contábeis refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, porém os índices com gastos com pessoal, acabam por contrariar os normativos vigentes.

Assim, considerando que nos exames efetuados foram evidenciadas irregularidades que descumpre a lei, opinamos pela aprovação das contas do exercício em questão com ressalvas.

Alto Paraíso/RO, 29 de março de 2017.

Jeniffer Priscila Zacharias
Controladora Geral do Município
Portaria 013/2017



Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Alto Paraíso
Controladoria Geral do Município

PARECER DE AUDITORIA

Órgão: Prefeitura Municipal de Alto Paraíso
Período: Janeiro a Dezembro de 2016.

Analisamos o processo de Prestação de Contas, exercício de 2016, da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso e certificamos que a mesma contém todas as peças exigidas pela Instrução Normativa nº 013/2004, do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

Os atos de gestão do exercício foram analisados a partir de dados apresentados pelas peças contábeis e relatório de gestão, sendo constatados alguns fatos que contrariam as normas vigentes.

Desse modo, tendo por base os exames e informações levantadas no presente relatório, opinamos pela regularidade com ressalvas das contas.

Alto Paraíso/RO, 29 de março de 2017.

Jeniffer Priscila Zacharias
Controladora Geral do Município
Portaria 035/2013



Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Alto Paraíso
Controladoria Geral do Município

PRONUNCIAMENTO DA AUTORIDADE SUPERIOR

Em atendimento a Instrução Normativa nº 013/2004 e Lei Complementar nº 154/96, do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, atesto ter tomado conhecimento do Relatório da Unidade de Controle Interno do exercício de 2016, que vai acompanhado do Certificado e Parecer, além dos documentos pertinentes.

Assim, considerando o relatório e demais documentos apresentados pela Unidade de Controle Interno, determino que os setores em que foram encontradas falhas, sejam novamente observadas suas causas e automaticamente sanadas e determino que continue havendo esforço por parte dos setores responsáveis, buscando fazê-lo o mais breve possível, sob pena de arcar com as responsabilidades e sanções legais.

Publique-se na forma da lei.

Encaminhe-se ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, juntamente com o Relatório do Controle Interno, Certificado e Parecer.

Alto Paraíso/RO, 29 de março de 2017.

Helma Santana Amorim
Prefeita Municipal
